
Descrições do mundo por expressões figuradas
World descriptions by figurative expressions

Diogo de França Gurgel
Doutorando do PPGF/UFRJ-Bolsista CNPQ

Resumo: Neste trabalho, procuro demonstrar que toda a sorte de teorias semânticas que pressupõem uma distinção clara entre sentido literal e sentido figurado podem nos conduzir ao equívoco de analisarmos somente um tipo de sentenças declarativas quando nos empenhamos em estudar o uso de nomes em descrições do mundo. Da maneira como compreendo, Saul Kripke e filósofos do bi-dimensionalismo, como Jackson e Stalnaker, incorrem neste equívoco quando assumem que nomes como “água” ou “Hesperus” devem ser tratados como designadores rígidos, o que implica em afirmar que seus significados são sempre os objetos que a ciência estabelece como seus referentes. Segundo a hipótese que defendo, alguém que se proponha a investigar significados de nomes deve levar em conta que toda a nossa linguagem – incluindo as descrições de fatos – está fundada em certas proposições de caráter figurado, as quais se apresentam não como escolhas estilísticas, mas como uma maneira necessária de descrevermos fatos do mundo.

Palavras-chave: descrição; sentido figurado; regra

Abstract: In this work, my aim is demonstrate that all kind of semantic theory which presupposes a clear distinction between proper meaning and figurative meaning could drive us to the mistake of considering only one kind of declarative sentences in order to study the use of names in world descriptions. In the way I see, Saul Kripke and the philosophers of bi-dimensionalism, like Jackson and Stalnaker, fall down on this mistake when they assume that names like “water” or “Hesperus” must be taken as rigid designators, which means that their meanings are always the objects that the science settled as their references. The hypothesis I propose claims that one who intend to investigate the meaning of names must have in mind that all our language – including the descriptions of facts – is grounded in some figurative propositions that do not rise as an stylistic choice, but as a necessary way of describing facts of the world.

Keywords: description; figurative meaning; rule

Introdução

No artigo que se segue, procuro problematizar o pressuposto assumido tanto por Saul Kripke (em obras como *Naming and Necessity*) quanto pelos chamados filósofos bidimensionalistas (como Robert Stalnaker e Frank Jackson) de que podemos situar todas as descrições verdadeiras sobre o mundo em um único contexto de proferimento denominado “mundo atual”. O ponto de partida dessa problematização é a análise dos argumentos que estes autores desenvolvem para defender o caráter de designadores rígidos assumido por determinados nomes em nossa linguagem. Procurarei

demonstrar que, se a tese da designação rígida não se sustenta, faz-se imprescindível uma revisão do índice “mundo atual” conforme empregado na matriz de análise semântica de que se vale o bidimensionalismo.

Para que nomes como “água” e “Hesperus” sejam designadores rígidos em todos os mundos possíveis em que seu referente exista, seu significado no mundo atual deve ser unívoco, isto é, tais nomes só podem designar, cada qual, um único objeto. Kripke e os bidimensionalistas estão de acordo quanto ao fato de que são as descobertas científicas e o desenvolvimento de um maior apuro técnico dos experimentos acerca da constituição física e química da natureza que determinam os referentes almejados por todo e qualquer falante ao empregar tais nomes. Esse é um acordo tentador pela objetividade que promete ao estudo da semântica, mas suspeito que, ao nos comprometermos com ele, deixamos de considerar certos aspectos fundamentais da própria nomeação de objetos. Dentre os aspectos desconsiderados, aquele que procurarei salientar em minha comunicação diz respeito à capacidade e mesmo à necessidade dos falantes, em nossa linguagem, de usar nomes e expressões pré-existentes para designar de um modo mais completo ou adequado certos objetos para os quais as palavras não nos oferecem modos de designação quando usadas em seu significado literal. De acordo com a hipótese que levanto, em detrimento dos inúmeros casos em que lançamos mão deste recurso da linguagem na forma de figuras de estilo (como metáforas e metonímias), há casos muito recorrentes em que o fazemos não como escolha estilística, mas como ferramenta *si ne qua non* para a composição de proposições verdadeiras.

I - Kripke e a designação rígida

Do ponto de vista da discussão sobre a significação dos nomes, pode-se afirmar que a posição de Kripke, frente ao descritivismo defendido por Frege e Russell, é de que o descritivismo peca por atrelar tão fortemente nomes e descrições, deixando de considerar casos claros no uso corrente da linguagem em que a referência de um nome próprio se conserva ainda que descrições associadas ao nome se tornem falsas. Kripke retoma a concepção realista de significado de nomes próprios estabelecida por Stuart Mill, para quem essa classe de palavras não possui conotação, de modo que sua significação coincide com sua referência.

Para melhor compreendermos as linhas gerais das objeções de Kripke ao descritivismo, vale apresentar um argumento dado por este autor em *Naming and Necessity* que nos remete ao clássico exemplo da referência do nome “Aristóteles”:

If 'Aristotle' meant *the man who taught Alexander the Great*, then saying 'Aristotle was a teacher of Alexander the Great' would be a mere tautology. But surely it isn't; it expresses the fact that Aristotle taught Alexander the Great, something we could discover to be false. So, *being the teacher of Alexander the Great* cannot be part of [the sense of] the name. (KRIPKE. *Naming and Necessity*, p.30)

A tese que orienta esse argumento é de que a referência de um nome próprio pode se conservar ainda que descrições associadas ao nome se tornem falsas. Como exemplo disso, podemos enfatizar que, ainda que descrições como “o homem que ensinou Alexandre, o Grande” ou “o autor da *Metafísica*”, normalmente associadas ao nome “Aristóteles”, revelassem-se falsas a respeito de Aristóteles (poderíamos descobrir, por exemplo, que o autor da *Metafísica* foi Alexandre ou algum aluno brilhante de Aristóteles), ainda assim o nome “Aristóteles” se referiria a Aristóteles e não a quem quer que tenha escrito a *Metafísica*. Na concepção de semântica apresentada por Kripke, o nome “Aristóteles” é um designador rígido, isto é, um termo que designa o mesmo objeto em todos os mundos possíveis em que este objeto exista¹. Segundo Kripke, ainda que nomes próprios sejam associados por falantes a descrições, essas não têm nenhum papel a desempenhar na contribuição do nome próprio à proposição expressa pela frase em que esse nome figura.

II - O bidimensionalismo e suas influências

Ao longo das décadas de 1970 e 1980, filósofos como David Kaplan e Robert Stalnaker, assumidamente influenciados pelos trabalhos recentes de Kripke, começaram a desenvolver uma inovadora teoria semântica com o intuito de abordar de uma maneira mais satisfatória temas tradicionais da filosofia da linguagem como os indexicais, os demonstrativos e, também, – o que por hora é nosso objeto de estudo – os nomes próprios e nomes de tipos naturais. Com relação a este último tema, foi identificado um impasse, oriundo dos argumentos kripkeanos, que

¹ KRIPKE. *Naming and Necessity*, p.48.

mereceu atenta consideração: a postulação de que nomes próprios e nomes de tipos naturais são designadores rígidos, implica na conclusão de que sentenças em que tais termos aparecem são necessariamente verdadeiras, ainda que seu conteúdo só possa ser verificado a posteriori. O que soa estranho é a afirmação de que sentenças como "Água é H₂O" possuam o mesmo caráter de necessidade que "Água é água", como se o conteúdo informacional de uma fosse tão evidente quanto o conteúdo informacional de outra, ou ainda, como se a intensão da proposição expressa por uma fosse a mesma da expressa por outra.

Assim, no que diz respeito ao estudo da semântica dos nomes, foi para dar conta do caráter intuitivamente contingente de sentenças como "Água é H₂O" e "Hesperus é Phosphorus", sem, no entanto, propor um retorno à concepção descritivista tradicional dos nomes – com todas as suas limitações – que os filósofos acima mencionados e, posteriormente, outros como Frank Jackson e Chalmers procuraram desenvolver a teoria semântica que hoje é conhecida como "semântica bidimensional". De acordo com essa semântica, a falha de Kripke foi não ter levado em conta a possibilidade lógica de que não apenas os contextos ou pontos de avaliação (*points of evaluation*) de um enunciado podem ser situados em diferentes mundos possíveis, mas também o podem os contextos ou pontos de proferimento (*points of utterance*).

Para desenvolver com mais eficácia essa linha de argumentação, os filósofos do bidimensionalismo elaboram um quadro conceitual em forma de matriz para a análise de enunciados em que as linhas (horizontais) correspondem ao contexto de proferimento de uma sentença e as colunas (verticais) correspondem ao contexto de avaliação da mesma. Desse modo, uma sentença como "Água é H₂O", quando submetida a esse método de análise, possui um determinado conjunto de valores de verdade (um para cada contexto possível da avaliação) dado que o mundo atual é nosso ponto de referência (contexto de proferimento) e, ainda, de maneira semelhante, possui outros conjuntos de valores de verdade relativos a cada mundo contrafactual que é estabelecido como ponto de referência (contexto de proferimento). A grande engenhosidade da proposta ficaria a cargo dos modos de "leitura" da matriz. Se considerarmos apenas a linha em que se toma como contexto de proferimento o mundo atual e se assumirmos que Kripke tem razão em sua tese sobre a designação rígida de certos nomes, temos que o nome "água" corresponde necessariamente, em todos os mundos possíveis, apenas à substância que, no mundo atual, é efetivamente

água. Quero dizer, numa leitura horizontal, da primeira linha da tabela, só podemos encontrar como valores de verdade da sentença "Água é H₂O" resultados afirmativos representados pela letra "V" ou pelo número "1". Da mesma forma, só podemos encontrar como valores de verdade da sentença "Água não é H₂O" resultados negativos representados pela letra "F" ou pelo número "0". Entretanto, há ainda uma outra maneira de lermos a matriz que nos revela uma outra dimensão semântica do enunciado em questão: segundo os filósofos do bidimensionalismo, considerar a linha diagonal que se forma no quadro significa abrir espaço para o estudo das configurações semânticas em que o mundo tomado como contexto de proferimento sempre vai coincidir com o mundo em que o conteúdo informacional da sentença é avaliado. Mas em que isso implica? Ora, implica em encontrarmos um conjunto de valores de verdade associados à sentença que não é estruturado com um caráter de necessidade. A sentença "Água é H₂O" pode assumir o valor de falsidade se avaliada não a partir do que é factual em nosso mundo e sim a partir do que é factual em um mundo w₁ em que água é uma substância composta pelos elementos químicos XYZ - e daí por diante para cada mundo tomado como ponto de referência ou contexto de enunciação. Essa linha diagonal, portanto, expressaria o caráter contingente que compreendemos haver no que é expresso por sentenças em que figuram nomes próprios e nomes de tipos naturais.

III - Formulação de uma crítica à rigidez das semânticas kripkeana e bidimensional

O pressuposto central em que parecem se apoiar os estudos de semântica que se valem do conceito de designação rígida – e que procuro investigar aqui – é o de que é possível determinar as relações de referência entre nomes próprios ou nomes de tipos naturais e seus respectivos objetos a partir de um único contexto de proferimento. Certamente por um compromisso com uma posição realista, convencionou-se denominar por “mundo atual” esse contexto de proferimento basilar de nossa linguagem em que estabelecemos relações de designação rígida entre certos nomes e certos objetos². Do modo como compreendo, o conceito de mundo atual opera como um alicerce para a tese da designação rígida dos nomes próprios

² WONG. “Two-Dimensionalism and Kripkean A Posteriori Necessity”, p.312.

e nomes de tipos naturais e, no entanto, talvez ele não seja um alicerce dos mais sólidos.

Afirmo que o pressuposto mencionado acima é um pressuposto claramente assumido por esse grupo de filósofos porque, em caso contrário, se houvesse a possibilidade de vários contextos de proferimento (ou vários mundos que podemos tomar como o atual), haveria várias possibilidades de relações de referência para um mesmo nome próprio ou de tipo natural, de modo que não poderia haver a identidade necessária entre o significado e a referência de um nome dessa natureza, como é característico da designação rígida.

A dificuldade que apresento é de que talvez haja um uso dos nomes que os filósofos que adotam a tese da designação rígida não levam em conta: nossa linguagem nos permite usar nomes pré-existentes para designar elementos de mais de uma concepção de mundo ou para nomear subconjuntos e mesmo a totalidade de uma concepção de mundo. Explico: podemos, por exemplo, usar termos pré-existentes para nomear objetos sem correlato lingüístico como momentos, processos mentais, movimentos políticos, obras de arte, e mais, para dar contornos de objeto àquilo que até então não havia sido notado como objeto, de modo a designar um caráter de totalidade ou de elemento componente de uma totalidade que este objeto possa apresentar. Há um considerável grupo de nomes que podem ser usados com um significado que não se enquadra adequadamente na tradicional classificação gramatical que distingue significado literal e significado figurado e, ao que tudo indica, ao trabalharem com o conceito de designação rígida, filósofos como Kripke e Stalnaker assumem que um nome cuja referência coincide com o significado é sempre empregado em seu significado literal. Obviamente não devemos tomá-los como ingênuos ou ignorantes com relação aos usos figurados dos nomes que eles tematizam, sendo mais razoável assumir que eles simplesmente tomaram essas formas de uso como desimportantes no que diz respeito ao que seria talvez a primeira função da linguagem (ou aquela que lhes interessava estudar), a saber, a nomeação de objetos e a descrição dos fatos existentes. Tendo a afirmar, no entanto, que a aceitação tácita da distinção entre significado literal e significado figurado provoca um equívoco relevante. Trata-se do equívoco de não se considerar, no estudo da semântica dos nomes, o comprometimento que os falantes de uma linguagem têm com a determinação da verdade acerca dos fatos no mundo ao recorrerem a um uso

dos nomes em que estes desempenham um papel na linguagem que não pode ser classificado nem como metafórico nem como literal.

Como vimos, para filósofos como Kripke, Stalnaker e Jackson, o nome “água” é um ótimo exemplo de um termo cuja relação de referência como o objeto que nomeia se dá por designação rígida. Isso significa que nenhuma das descrições que empregamos para falar dessa substância existente no mundo – como “líquido inodoro e incolor” ou “aquilo que preenche os rios, lagos e oceanos” – e que, correntemente, podem acompanhar o uso da palavra “água”, desempenha qualquer função na fixação da referência dessa palavra. Sua tese é de que compreendemos o que a palavra “água” significa na medida em que conhecemos sua referência e sabemos que, em nenhum mundo possível em que essa palavra venha a ser empregada ela pode se referir a outra coisa que não aquilo a que, atualmente, ela se refere. O mesmo se passaria com a expressão “H₂O”, e dado que a ciência nos prova que os dois termos são co-referentes, só poderíamos concluir que ambos designam rigidamente o mesmo objeto. Dessa forma, toda sentença enunciada em nossa linguagem em que a palavra “água” é empregada e que tenha um compromisso com a descrição verdadeira dos fatos traz, necessariamente, essa palavra como correlata à expressão “H₂O”, sendo o contrário igualmente necessário.

Entretanto, ao nos empenharmos em aplicar essa conclusão na análise de sentenças, há o risco de nos depararmos com casos em que curiosamente a palavra “água” não parece sustentar sua relação de co-referência com a expressão “H₂O”, ainda que as sentenças em questão possam efetivamente parecer comprometidas com uma nomeação adequada de objetos e com a descrição verdadeira dos fatos. Claro está que este não é o caso de sentenças como “Água é vida” ou “Ela é a água da minha sede”, nas quais a palavra “água” claramente é empregada em uma figura de estilo que tem por fim comunicar ao interlocutor algo mais do que simplesmente a descrição dos fatos. Mas quando consideramos a clássica sentença dos primórdios do pensamento filosófico “Tudo é água” (*hydor*), a qual atribuímos a Tales de Mileto a partir da doxografia de Aristóteles e Diógenes Laércio, as coisas talvez não corram como o previsto.

Intuitivamente, tendemos a afirmar que “Tudo é água” e “Tudo é H₂O” expressam proposições diferentes e que somos capazes de compreender a sentença de Tales, ainda que não compartilhem da sua visão de mundo. A partir de uma teoria do não-significado como a de Kripke, a compreensão de uma sentença que contenha um designador rígido

e na qual se estabeleça uma relação de identidade implica no conhecimento do portador do significado desse designador. Assim, se queremos entrar em acordo com Kripke, temos que concluir que nós não podemos compreender o sentido da sentença “Tudo é água”, o que é um tanto anti-intuitivo.

No artigo “Semantics for Belief”, Robert Stalnaker se ocupa em explicar como a sentença “Hesperus é Marte” pode apresentar um conteúdo informativo compreensível a falantes que dominam o uso adequado dos designadores rígidos “Hesperus” e “Marte”, ainda que a relação de referência afigurada por esta sentença não condiga com o estado de coisas no mundo atual – em nosso mundo, os antigos astrônomos empregavam o nome “Hesperus” para fazer referência a um corpo celeste que se descobriu ser o planeta Vênus³. Segundo Stalnaker, podemos imaginar um falante que, no mundo atual, acreditasse que esse mundo contrafactual é o mundo atual e expressasse sua crença dizendo “Hesperus é Marte”. Se chamarmos o mundo atual de *i* e o mundo que esse falante acredita ser o mundo atual de *j*, concluiremos, afirma Stalnaker, que o conteúdo da sentença “Hesperus é Marte”, quando proferida pelo falante em questão, parece ser uma proposição contingente que é falsa em *i* e verdadeira em *j*.

Penso, com base no texto em questão, que uma solução que um bidimensionalista como Stalnaker poderia dar ao problema da compreensibilidade da sentença de tales é a seguinte: não devemos nos perguntar apenas pelos valores de verdade num conjunto de mundos contrafactuais dependentes do estabelecimento de um único mundo atual onde a relação entre nome e referente foi determinada, isto é, não devemos nos perguntar apenas pelo que é dito pela sentença “Tudo é água” no mundo atual e no conjunto de mundos possíveis contrafactuais para os quais o mundo atual é o ponto de referência. Devemos nos formular a seguinte questão: O que essa sentença *diria* (não somente o que ela *diz*) se fosse dita em outros mundos possíveis? Essa questão nos leva a configurar não uma proposição, mas um conceito proposicional (ou, na terminologia que adotei anteriormente, a matriz em que as linhas são contextos de avaliação e as colunas são contextos de proferimento). Procurando, nesse conceito proposicional, a diagonal em que somente são considerados mundos possíveis em que o contexto de avaliação coincide com o mundo tomado como mundo atual, encontraremos, talvez pudesse dizer Stalnaker, a proposição contingente que intuitivamente tendemos a creditar à sentença

³ STALNAKER. “Semantics for Belief” in *Context and Content*, 1999.

“Tudo é água”. Assim “Tudo é água” estaria afigurando um estado de coisas não correspondente ao mundo atual, no entanto, seríamos capazes de compreender o sentido dessa sentença ao considerarmos o contexto possível que Tales descreve como sendo o contexto atual. Isso se tivermos de comum acordo que, neste caso, podemos tomar a palavra “tudo” como sinônima da palavra “mundo”. Ao ignorar a estrutura molecular da água, Tales teria se equivocado ao buscar estabelecer o que, mais tarde, cientistas como o russo Dmitri Mendeleev formulariam com mais precisão, a saber, a determinação química das partes mais elementares da natureza. Assim, Tales teria cometido um equívoco semelhante ao que cometeu Descartes ao supor que a dor era fruto de uma cadeia de tensionamentos dos nervos que tem como um dos pólos a glândula pineal ou semelhante ao que cometeu Lamarck ao propor a Lei da herança dos caracteres adquiridos.

O problema dessa solução dada a partir da teoria de Stalnaker consiste em supor que Tales procurava descrever fatos e nomear objetos da mesma maneira que Descartes e Lamarck o fizeram. Descartes, por exemplo, procurou definir o que hoje assumimos como o referente da palavra “dor” (ainda que não tivesse conhecimento do conceito de eletricidade), já Tales não procurou definir o que hoje assumimos como o referente da palavra “água”. Tales certamente não intencionava dizer que “tudo é inodoro”, que “tudo é incolor” ou que “tudo preenche rios, lagos e oceanos”. O que estou sugerindo é que o engano de Descartes é uma é uma emissão de um juízo falso perfeitamente explicável, dado que os processos físicos que o filósofo procurava examinar não eram nada evidentes em sua época, já o suposto engano de Tales só pode ser tomado como tal se considerarmos Tales uma criatura tão ingênua que não seria capaz de perceber que, se todos os corpos extensos fossem formados pela substância aquosa que chamamos de “água”, nenhum corpo poderia ter cheiro, cor ou sabor.

Uma argumentação que me parece muito mais plausível para explicar como a sentença de Tales pode fazer sentido para nós é a de que Tales tenha se utilizado de um recurso da linguagem que Wittgenstein chama de “expressão figurada” (*bildlicher Ausdruck*)⁴. Segundo Wittgenstein, há certos casos na linguagem em que não somos conscientes de usar *apenas* uma imagem, e quando empregamos as palavras formando uma imagem – como ao dizermos “eu o compreendi em meu coração” –

⁴WITTGENSTEIN. *Philosophische Untersuchungen*, p.496.

essa “não é uma imagem de nossa escolha, não é uma metáfora, mas sim uma expressão figurada”⁵. Tales teria inferido que as coisas perceptíveis são formadas por coisas imperceptíveis (ou algo do gênero) e teria procurado batizar o princípio elementar da *physis* de alguma maneira. Talvez por conta do movimento perene (por assim dizer, fluido) da matéria ou por sua teoria acerca dos terremotos que diz que a terra flutua sobre as águas (suas razões não vêm muito ao caso), Tales tenha escolhido a palavra pré-existente “*hydor*” para nomear esse princípio elementar ainda sem correlato lingüístico. Podemos compreender ou, ao menos, ver sentido em sua sentença porque compreendemos e usamos constantemente esse recurso da linguagem que nos permite configurar e reconfigurar uma concepção de mundo.

Afirmo, pois, que não é apenas o uso dos nomes no seu chamado significado literal que determina um estado de coisas ou, melhor, que nos serve de ferramenta quando procuramos nomear objetos ou fazer descrições do mundo. Expressões figuradas também cumprem esse papel. Ainda que não sejam casos em que as palavras empregadas apresentem seu significado literal (leia-se aqui, no caso, definições científicas), as expressões figuradas têm compromisso com a verdade na medida em que não há outra forma de nos referirmos aos objetos atualmente existentes a que elas se referem a não ser através de seu emprego. Talvez a maioria dos casos de uso de expressões figuradas ocorra justamente quando se busca dizer algo que se encontra em regiões de penumbra, por assim dizer, da ciência. Há algo na pergunta filosófica implícita em Tales que ainda persiste como região de penumbra da ciência: existe um princípio fundamental que ponha toda a matéria (ou toda a *physis*) em movimento? E, se existe, qual é ele, qual é a forma adequada de designá-lo?

Conclusão

O que é preciso ser dito como consideração final é que, se podemos afirmar que expressões figuradas são articuladas em sentenças declarativas com valor de verdade, se podemos afirmar que expressões figuradas determinam outras relações de referência para nomes pré-existentes e, ainda, se podemos afirmar que essas relações não podem ser determinadas

⁵ WITTGENSTEIN. *Investigações Filosóficas*, p.177.

de outra forma, isto é, que o uso de expressões figuradas, ao contrário do que se dá com figuras de estilo, não é opcional, então, não pode haver algo como um contexto único, onde todo enunciado se estruture a partir do caráter literal das designações rígidas, o qual seja o lugar de todas as nomeações e descrições em que estão envolvidos nomes próprios e nomes de tipos naturais. Se o nome “água” pode ser usado para fazer referência a mais de um objeto em enunciados que procuram descrever o que é o caso, então, a afirmação de que ele possui um caráter de designador rígido não se sustenta, uma vez que não é claro porque uma relação de referência deveria ser priorizada em detrimento da outra. Quero dizer, nossa linguagem nos permite descrever, com essa palavra, “água”, mais de uma concepção ou estado de mundo (para usar os termos de Scott Soames), mas não fica claro qual é a concepção ou estado de mundo descrito que deve ser tomado por base ou se é possível afirmar que um é mais verdadeiro que o outro. Certamente somos tentados a assumir que temos mais razões para confiar no que nos diz a ciência hoje sobre o caráter de composto químico da água do que aquilo que nos dizia Tales. Mas o argumento que procurei apresentar é de que o que Tales procurava descrever não é aquilo que nossos químicos procuram descrever e que a ciência contemporânea não encerrou aquele campo de questionamento ou tampouco apresentou provas de que o objeto que Tales batizou de “água” é inexistente.

Referências Bibliográficas

KRIPKE, S.A. *Naming and Necessity*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1980.

SOAMES, S. *Reference and Description: The case against two-dimensionlism*. Princeton: Princeton University Press, 2004.

_____. S. “Kripke, the Necessary Aposteriori, and the Two-Dimensionalist Heresy” in: *Two-Dimensional Semantics*. Ed. Manuel Garcia-Carpintero and Josep Macià. Oxford: Clarendon Press, 2006.

STALNAKER, R.C. *Context and Content: Essays on Intentionality in Speech and Thought*. Oxford, Oxford University Press, 1999.

WITTGENSTEIN, L. *Philosophische Untersuchungen*. Frankfurt: Suhrkamp, 1984.

_____. L. *Investigações Filosóficas*. In: Coleção Os Pensadores. Trad. de José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

WONG, K-Y. “Two-Dimensionalism and Kripkean A Posteriori Necessity” in: *Two-Dimensional Semantics*. Ed. Manuel Garcia-Carpintero and Josep Macià. Oxford: Clarendon Press, 2006.